



A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) deu um passo decisivo para posicionar Minas Gerais entre os principais protagonistas da transição energética no Brasil e no mundo. A empresa concluiu um amplo roadmap estratégico voltado ao desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde (H2V), com foco na produção, no consumo interno, na atração de investimentos e na criação de um ambiente favorável à inovação tecnológica no Estado.

GERAL 7

Cemig conclui projeto para consolidar Minas como polo de hidrogênio verde

SEGURANÇA PÚBLICA 8

Colisão entre dois carros deixa nove feridos na MG-401, em Jaíba, no Norte de Minas

POLÍTICA 3

Sancionada lei que prevê a regionalização do saneamento em Minas Gerais

MINAS 4

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais reestrutura Programas Estaduais de Pesquisa



A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) concluiu, ao longo de 2025, um amplo processo de reestruturação de seus Programas Estaduais de Pesquisa, com o objetivo de fortalecer a atuação científica e tecnológica voltada ao desenvolvimento do agronegócio mineiro. As mudanças passam a vigorar a partir desta quinta-feira, 1º de janeiro, e estão alinhadas às diretrizes do Plano Diretor 2026–2031, consolidado no mês de outubro do ano passado.

POLÍTICA 3

Transferência da MGI para a União é autorizada por lei com veto parcial do governador

REGIONAL 9

Ibama e Incra: inscrições para concurso com salários de até R\$ 9,8 mil encerram em 8 de janeiro

Homem morre eletrocutado em piscina improvisada durante confraternização de fim de ano



Um homem de 40 anos morreu após sofrer uma forte descarga elétrica enquanto estava em uma piscina improvisada em um sítio localizado próximo ao distrito de Barreiro Branco, na zona rural do município de Catuti, no Norte de Minas Gerais.

SEGURANÇA PÚBLICA 8

Cemig desmistifica conceitos populares sobre energia usados de forma incorreta no dia a dia

Mesmo sendo parte essencial da rotina das pessoas, a energia elétrica ainda é cercada por dúvidas, interpretações equivocadas e expressões populares que nem sempre correspondem ao que, de fato, acontece no sistema elétrico. Termos como “pique de luz”, “pico de energia”, “apagão” e até a diferença entre 110 V e 220 V são frequentemente usados de maneira incorreta, o que pode gerar confusão e preocupações desnecessárias entre os consumidores.



MINAS 5

EDITORIAL: EU TENTEI, UAI... MAS A MEGA PASSOU DIRETO: Confesso sem vergonha nenhuma

Tem coisa que só acontece uma vez por ano e faz o coração do povo bater mais ligeiro. É quando o calendário se despede do ano velho, o foguetório risca o céu e a tal da Mega da Virada entra em cena feito promessa boa, dessas que a gente faz baixinho, olhando pro alto, pedindo licença a Deus e à sorte.

Aqui pras bandas de Minas, especialmente no nosso jeitinho geraizeiro, a Mega da Virada não

é só aposta, não. É conversa de varanda, é prosa no boteco, é resenha na fila da lotérica. “E se eu ganhá, sô?” — pergunta que nasce simples, mas carrega um mundo inteiro dentro. Porque ganhar não é só ficar rico, não. É quitar a casa, ajudar a família, garantir o estudo dos menino, arrumar a estrada da vida que anda esburacada faz tempo.

Nessa época, o Brasil inteiro vira um só pensamento. Do Oia-

poque ao Chuí, passando pelo sertão, pelo cerrado e pelas beiras do São Francisco, todo mundo sonha junto. Sonha acordado, sonha dormindo. Sonha com o barulho do celular avisando que a conta engordou de repente. Sonha com a liberdade de escolher o amanhã sem fazer conta no lápis.

Mas a verdade, nua e crua, é que a Mega da Virada ensina mais do que promete. Ensina

que esperança não paga boleto, mas sustenta a alma. Que fé não compra luxo, mas dá coragem pra seguir. Que a gente continua apostando não só nos números, mas na possibilidade de um recomeço — porque virar o ano é isso: acreditar que o próximo passo pode ser melhor que o anterior.

E quando o sorteio acaba e os números não batem, ninguém desanima por inteiro. Dá aquela

suspirada funda, um “fica pra próxima”, e a vida segue. Porque o geraizeiro é teimoso de esperança. Ele sabe que riqueza maior é acordar com saúde, ter café quente na mesa, um dedo de prosa com os seus e força pra lutar mais um dia.

A Mega da Virada passa, os milhões mudam de dono, mas o sonho fica. Fica guardado no bolso da camisa, junto com a fé antiga e o jeito mineiro de acreditar de-

vagar, sem espalhafato. Porque aqui a gente sabe: dinheiro ajuda, uai, mas felicidade mesmo é construir aos poucos, com trabalho, dignidade e um tantinho de esperança — dessa que não sai em bilhete, mas nasce no peito.

E assim o ano novo começa: com o bolso igual, talvez, mas com o coração renovado. Porque enquanto houver sonho, o povo segue firme. E isso, sô, nem a Mega da Virada paga.



PAULA PEREIRA
JORNALISTA/ PROGRAMADORA VISUAL/ ANALISTA DE MARKETING

Céu da Semana (do dia 29/12/25 ao dia 4/1/26)

Observar o longe nos capacita a compreender melhor o que está próximo!

ALYSSON WANDERLEY TEIXEIRA SILVA
PROFESSOR DE MATEMÁTICA/CIÊNCIAS E COORDENADOR DO CEAMONTES

HERCULYS SOARES MAIA
ENGENHEIRO E COORDENADOR DO CEAMONTES

O céu do meu bairro: Olá, observadores do céu! Observar diariamente o céu é uma prática muito gratificante, e essa percepção é antiga. Uma pesquisa, por mais simples que seja, sobre o tema céu e cultura revela o quanto a Lua, as estrelas fixas ou errantes, o Sol, cometas e meteoros (estrelas cadentes) fazem parte de histórias, celebrações, calendários etc.

Desde o mês de agosto, a coluna Céu da Semana tem convidado o leitor a contemplar o céu, sem deixar de lado as belezas da superfície terrestre, sejam elas naturais ou produzidas pela engenhosidade humana. A equipe que produz este conteúdo agradece a atenção. Neste último Céu da Semana de 2025, a imagem temática é a carta celeste da querida Montes Claros, MG, focada no zênite, exatamente às 00h de 1/1/2026 (quinta-feira).

Destaque da semana: No maravilhoso céu da virada (1/1/26, às 00h), em Montes Claros, alguns destaques:

A estrela Sírius (Alpha Canis Majoris) pode ser vista no zênite, o ponto celeste acima da cabeça do observador. Sírius é a estrela mais brilhante do céu noturno.

A Lua, o maravilhoso satélite natural da Terra, estará crescente gibosa, a noroeste, ensaiando o espetáculo da Lua cheia, que ocorrerá no dia 3 de janeiro.

Acima, à esquerda da Lua, destaca-se a estrela Aldebaran (Alpha Tauri), uma supergigante vermelha.

A aproximadamente 50° em relação ao horizonte norte, Júpiter, o gigante gasoso, poderá ser contemplado.

Poema astronômico: (Relógio Universal)
Mais um ano chega ao fim.
E as estrelas
Marcaram,

Marcam
E hão de marcar o tempo,
Enfim!

Que o céu, o grande relógio,
Marque momentos
De felicidade,
Alegria
E prosperidade!

Que o ano vindouro,
Tenha como marcas
A solidariedade,
A paz e
A fraternidade!
Observações importantes:
Antes de fazer uma atividade de observação do céu, certifique-se de que você está em um local seguro.

Nunca olhe diretamente para o Sol — risco de danos irreversíveis à visão.

Referências:

Carta celeste gerada com o software Stellarium (planetário virtual de código aberto), disponível gratuitamente para computadores e dispositivos móveis em <https://stellarium.org>.

CAMPOS, Antonio Rosa. Almanaque Astronômico Brasileiro 2025. Belo Horizonte: CEAMIG, 2024.

MOURÃO, R. R. F. Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SILVA, Alysson Wanderley Teixeira. Relógio universal. Poema astronômico inédito, 2025.

Comentários e sugestões:
Envie suas dúvidas, comentários ou sugestões diretamente aos autores pelo WhatsApp: (38) 99120-1279

Caso queira participar de um clube de astronomia, faça uma solicitação pelo WhatsApp: (38) 99120-1279



A inovação nacional em terapia CAR-T e o papel do direito médico no acesso a tratamentos de alta complexidade

RAUL CANAL
ADVOGADO

O anúncio de que o Brasil desenvolveu, produziu e aplicou integralmente em território nacional a primeira terapia celular CAR-T de alta complexidade com resultados expressivos representa um marco de afirmação científica, tecnológica e social. Trata-se de um avanço que vai muito além da pesquisa médica: é um evento que desafia o sistema de saúde, a bioética e o próprio arcabouço jurídico que protege profissionais e pacientes em tratamentos inovadores.

A terapia CAR-T, que consiste na modificação genética das próprias cé-

lulas T do paciente para que reconheçam e eliminem células tumorais, já vinha sendo estudada internacionalmente como uma promissora forma de imunoterapia, com altos índices de resposta em diversos estudos clínicos.

Já existem terapias desse tipo aprovadas nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa, na Coreia do Sul e no Japão. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou, em 2023, a Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto (Fundherp), em parceria com o Instituto

Butantan, iniciar um ensaio clínico com células CAR-T para tratamento do câncer hematológico. Desde 2020, a Agência também tem aprovado produtos de terapia gênica para tratamentos de leucemias, linfomas, mielomas e de doenças genéticas raras.

O Ministério da Saúde destinou R\$ 205,2 milhões para o desenvolvimento de pesquisa da terapia celular CAR-T em 12 instituições brasileiras. A terapia celular é uma chave científica para a amortalidade e pode oferecer saúde e longevidade.

O desenvolvimento e a aplicação

de terapias como a CAR-T demandam sólida estratificação de segurança jurídica para os profissionais da saúde envolvidos. O médico que participa de estudos clínicos inovadores ou mesmo de tratamentos compassivos precisa ter garantias claras quanto à sua responsabilização, desde a etapa de autorização ética, passando pelo consentimento informado, até o acompanhamento longitudinal dos efeitos clínicos. Isso inclui esclarecimento transparente sobre riscos, efeitos adversos esperados e lacunas de conhecimento, para que a atuação

esteja amparada por princípios éticos e legais.

A incorporação de terapias de alta complexidade ao Sistema Único de Saúde (SUS) passa por etapas normativas que exigem análise rigorosa de eficácia, segurança e custo-efetividade, matérias que transitam entre a Anvisa e a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). Ainda que o estudo brasileiro seja promissor, a entrada oficial da terapia no rol de procedimentos cobertos pelo sistema público ainda não tem previsão

definida.

A experiência com esse tipo de terapia em âmbito nacional aponta para um caminho inspirador: o Brasil tem capacidade científica para produzir tecnologias complexas, reduzindo custos e superando barreiras externas de acesso. Porém, esse avanço também exige um arranjo jurídico que proteja os protagonistas desse processo — médicos, pesquisadores e instituições de saúde — e que, ao mesmo tempo, assegure os direitos dos pacientes que se submetem a terapias de última geração.

A banalização do mal

FERNANDO BORGES
ADVOGADO

Hannah Arendt, ao analisar o julgamento de Adolf Eichmann em 1961, identificou algo perturbador: o mal, quando revestido de aparência de legalidade e repetido como rotina administrativa, acaba por se banalizar. Eichmann não se enquadrava no arquétipo do “monstro”, mas se portava como um funcionário zeloso, aparentemente incapaz de compreender a enormidade moral dos atos que praticava. Como ele, houve muitos. Uma “anestesia” ética coletiva permitiu que uma sociedade inteira naturalizasse o inaceitável.

A história demonstra que sociedades inteiras podem ser conduzidas a aceitar absurdos quando a consciência moral coletiva se enfraquece.

Assim ocorreu na Alemanha nacional-socialista. Leis arbitrárias e perseguições sistemáticas foram sendo impostas passo a passo, e o povo, gradualmente condicionado, passou a enxergar como normal o que era eticamente monstruoso. Arendt advertiu que o perigo não reside apenas nos tiranos de grande escala, mas na passividade de milhões diante de pequenas violações sucessivas.

No Brasil de hoje, guardadas as diferenças históricas, observamos fenômeno semelhante. A Constituição Federal de 1988 consagra a separação de poderes e os direitos e garantias individuais como cláusulas pétreas. O Artigo 60, Parágrafo 4º, afirma que tais temas não podem sequer ser alvo

de emenda constitucional. Como destaca Leonardo Corrêa, Presidente da Associação Lexum, em seu livro A República e o Intérprete, o próprio preâmbulo da Constituição usa o verbo “assegurar” para indicar que tais direitos não são criados pelo Estado, mas reconhecidos como inerentes à dignidade humana, expressão do direito natural.

Apesar disso, a prática institucional recente evidencia um distanciamento crescente desse marco. O Supremo Tribunal Federal vem firmando entendimentos que ultrapassam a moldura constitucional, especialmente quando julga e condena criminalmente pessoas sem prerrogativa de foro, cidadãos co-

muns. Com isso, viola-se o princípio do juiz natural, que exige a definição prévia e objetiva da autoridade julgadora. Uma exceção se converte, pouco a pouco, em regra, e cada gesto extraordinário passa a ser recebido como normal.

No Brasil, pois, o desvio em relação ao cumprimento fiel da Constituição Federal não se limita mais a sutilezas ou exceções pontuais, mas se tornou algo grotesco, explícito e alarmante. O que antes poderia passar por flexibilizações pontuais hoje se apresenta como flagrantes violações à ordem constitucional, escancarando a distância entre o texto da lei e a prática institucional.

Esse processo de flexibilização na

interpretação e aplicação da norma constitucional, ao longo do tempo, vai anestesiando a sensibilidade coletiva para os perigos que se instalam no cotidiano jurídico e político. A cada decisão que relativiza preceitos fundamentais, amplia-se o risco de que a sociedade perca a capacidade de distinguir entre o exercício legítimo do poder e o abuso camuflado pela normalidade aparente. É nesse ambiente de complacência gradual que prosperam os desvios, tornando-se cada vez mais difícil restabelecer os limites constitucionais originais e reverter retrocessos, pois o extraordinário já se confundiu com a rotina e o excepcional deixou de causar estranhamento.

A lição que se impõe é simples e urgente. Quando o direito natural é esquecido e a Constituição se transforma em ferramenta maleável nas mãos de autoridades, abre-se espaço para que o mal institucional se banalize.

Preservar a plena eficácia das cláusulas pétreas da Constituição Federal não é militância partidária. É responsabilidade cívica e compromisso com o bem comum. Uma sociedade que se acostuma a excepcionar direitos acaba, inevitavelmente, por perdê-los. A vigilância moral e jurídica é, portanto, condição para manter viva a ordem que a Constituição reconhece e que a dignidade humana exige por natureza.

Sancionada lei que prevê a regionalização do saneamento em Minas Gerais



Foi sancionada e publicada na edição do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais da última quarta-feira (24) a Lei nº 25.668, de 2025, que institui as Unidades Regionais de Saneamento Básico (URSBs) em todo o território mineiro. A nova norma representa um passo importante na reorganização da prestação dos serviços de saneamento no Estado e incorpora aperfeiçoamentos propostos por parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), fruto de debates e audiências públicas realizadas ao longo da tramitação da matéria.

A lei tem origem no Projeto de

Lei (PL) 3.739/25, de autoria do governador Romeu Zema (Novo), e foi elaborada com o objetivo de adequar a legislação estadual ao novo Marco Legal do Saneamento, instituído em âmbito federal. Esse marco estabelece metas e prazos para a universalização do acesso ao saneamento básico, além de incentivar a prestação regionalizada dos serviços, por meio da formação de grandes blocos que reúnem vários municípios.

Adequação ao novo marco legal

A proposta do Executivo esta-

dual surgiu da necessidade de alinhar Minas Gerais às exigências da legislação federal, que condiciona o acesso a recursos públicos da União à estruturação de modelos regionalizados de prestação dos serviços de saneamento. Com isso, o Estado busca ampliar sua capacidade de captar investimentos e viabilizar projetos de infraestrutura voltados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos.

Nesse contexto, a Lei 25.668 institui as USBs, que passam a ser responsáveis pela organização, planejamento e execução regiona-

lizada dos serviços de saneamento básico, respeitando as especificidades de cada região do Estado.

Tipos de unidades regionais

De acordo com o texto sancionado, as Unidades Regionais de Saneamento Básico poderão ser constituídas em dois formatos:

Unidades Regionais de Gestão de Resíduos (URGRs), voltadas à gestão integrada de resíduos sólidos;

Unidades Regionais de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário e Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas (Uraeds).

A lei estabelece a criação de 26 Unidades Regionais de Gestão de Resíduos (URGRs) e três Uraeds, que irão abranger diferentes regiões de Minas Gerais, promovendo a integração entre municípios e o ganho de escala na prestação dos serviços.

Contribuições da ALMG e mudanças no texto

Durante a tramitação do projeto, as Comissões de Participação Popular e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da ALMG promoveram debates sobre os impactos da regionalização do saneamento, especialmente em regiões como o Norte de Minas e os

vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Esses debates resultaram em mudanças relevantes no texto original encaminhado pelo Executivo.

Uma das principais alterações incorporadas à lei foi a inclusão do Bloco Regional do Vale do Jequitinhonha entre os 581 municípios atendidos pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). A proposta inicial previa a criação do Bloco Regional do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, instituído por portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional, mas o texto final trouxe ajustes para melhor adequação à realidade regional e às demandas apresentadas por gestores e pela população.

Adesão facultativa dos municípios

Outro ponto de destaque da nova legislação é que a adesão dos municípios aos blocos regionais de saneamento será facultativa, preservando a autonomia municipal. No caso das regiões metropolitanas, a adesão ainda dependerá da anuência das instâncias colegiadas metropolitanas, conforme previsto em lei, garantindo a participação dos entes envolvidos nas decisões.

Criação de fundo estadual

A Lei nº 25.668 também cria o Fundo Estadual de Saneamento Bá-

sico de Minas Gerais (Funesb-MG). O fundo terá como finalidade captar recursos e financiar ações voltadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços de saneamento, além de contribuir para a modicidade tarifária, buscando evitar aumentos excessivos nas tarifas cobradas dos usuários.

Segundo o governo estadual, a criação do fundo é estratégica para garantir sustentabilidade financeira aos projetos de saneamento e ampliar o acesso da população a serviços essenciais, especialmente em municípios de menor porte e regiões com maior vulnerabilidade social.

Avanço para o saneamento no Estado

Com a sanção da lei, Minas Gerais dá mais um passo no processo de modernização da política de saneamento básico, alinhando-se às diretrizes nacionais e criando condições para ampliar investimentos, melhorar a eficiência dos serviços e avançar rumo à universalização do acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário.

A expectativa é de que a regionalização contribua para reduzir desigualdades regionais, fortalecer a gestão pública e assegurar melhores condições de saúde, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável para a população mineira.

Transferência da MGI para a União é autorizada por lei com veto parcial do governador

Foi sancionada pelo governador Romeu Zema (Novo), com veto parcial, a Lei nº 25.667, que autoriza a transferência da participação societária do Estado de Minas Gerais na empresa Minas Gerais Participações S.A. (MGI) para a União. A medida tem como objetivo o pagamento da dívida estadual apurada no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), iniciativa federal voltada à renegociação e quitação de débitos dos entes federados.

A nova lei foi publicada na edição do Diário Oficial Minas Gerais da última quarta-feira (24/12/2025) e tem origem no Projeto de Lei (PL) 4.222/25, de autoria do Poder Executivo. O texto foi aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 9 de dezembro, com alterações promovidas pelos parlamentares ao longo da tramitação.

Papel estratégico da MGI

A Minas Gerais Participações S.A. (MGI) é uma sociedade anônima estratégica para o Estado. Seus acionistas são o próprio Estado de Minas Gerais, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O Estado detém 99,98% do capital social da empresa, o que lhe garante controle praticamente integral.

Além disso, a MGI possui participação acionária relevante em importantes empresas, como Cemig, Copasa, Codemge e Gerdau, o que reforça seu papel central na estrutura

financeira e patrimonial do Estado.

Veto à mudança na precificação

Embora tenha sancionado a maior parte do texto aprovado pela ALMG, o governador vetou um dispositivo inserido pelos parlamentares que alterava a forma de precificação da participação societária da MGI a ser transferida para a União.

O trecho vetado estabelecia que a transferência só poderia ocorrer caso a avaliação do valor da participação do Estado na MGI fosse superior ao valor de mercado das ações da Cemig detidas pela empresa na data da efetivação da operação. O dispositivo incluía ainda ações eventualmente bloqueadas como garantia da emissão de debêntures e ações emprestadas, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 1º da proposição.

Segundo Romeu Zema, o veto se deu por inconstitucionalidade, uma vez que a normatização federal determina que a precificação da participação societária ofertada à União deve seguir critérios técnicos específicos. De acordo com o governador, essa avaliação deve ser baseada na projeção do fluxo de caixa operacional da empresa, ajustada por valores relativos a direitos, obrigações não vinculadas às atividades operacionais, além de contingências e outros efeitos econômicos.

Zema argumentou ainda que a regra aprovada pela ALMG poderia inviabilizar a federalização da MGI, comprometendo o objetivo central

da lei e prejudicando o federalismo cooperativo, especialmente no esforço conjunto para solucionar a dívida do Estado no âmbito do Propag.

Análise do veto pela Assembleia

O veto parcial será analisado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais a partir de fevereiro, após o término do recesso parlamentar. Para isso, será criada uma comissão especial, responsável por emitir parecer sobre o veto antes de sua apreciação pelo Plenário.

Para que o veto do governador seja derrubado, será necessária a aprovação de 3/5 dos deputados estaduais, o que corresponde a 48 dos 77 parlamentares da Casa.

Mudanças propostas pela ALMG viram lei

Apesar do veto, diversas alterações propostas pelos deputados ao longo da tramitação do projeto foram mantidas e passaram a integrar a legislação sancionada. Entre os principais pontos estão:

Manutenção da sede da MGI em Belo Horizonte como condição para a federalização da empresa;

Vedação da transferência do controle acionário da MGI para entidades não controladas pelo poder público, garantindo que a empresa permaneça sob controle estatal;

Autorização para que o Executivo adote medidas de realocação dos empregados da MGI, permitindo sua



lotação em outras empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pelo Estado.

Atuação da MGI além das participações acionárias

Além de deter participações societárias, a MGI desempenha um papel relevante como braço operacional do Estado de Minas Gerais. A empresa atua na captação de recursos no mercado de capitais, especialmente por meio da emissão de debêntures, além de gerenciar ativos imobiliários, convênios com municípios e a recuperação de créditos em liquidação dos antigos bancos estatais mineiros, como Bemge, Credireal e MinasCai-xa.

Estruturação da transferência

Com a lei já em vigor, o Poder Executivo estadual fica autorizado a adotar todas as medidas necessárias para a estruturação da transferência da participação societária da MGI para a União. Isso inclui ações de reorganização societária, sendo vedada, em qualquer hipótese, a alienação do controle acionário, exceto para entidade sob controle direto ou indireto do poder público.

A legislação também autoriza o Estado a receber ativos, bens e direitos da MGI, que poderão ser posteriormente alienados ou transferidos a outras empresas estatais, por meio de aporte de capital, cessão ou permuta, conforme a estratégia defini-

da pelo governo.

Impacto para as finanças do Estado

A transferência da MGI para a União é vista pelo governo como uma medida estratégica para o enfrentamento da dívida pública estadual, ao mesmo tempo em que busca preservar ativos considerados essenciais e manter o controle público sobre estruturas estratégicas.

O tema, no entanto, segue como objeto de debate político e técnico, especialmente em relação à precificação da empresa e aos impactos de longo prazo para as finanças e a autonomia do Estado de Minas Gerais.

O que você encontra na

Educação Adventista

Valores Cristãos

Preparação para a vida

Excelência Acadêmica

Acolhimento

Matrículas abertas

#viver EA

NOSSOS PARCEIROS:

Edify

Business Education

Saiba mais sobre a Educação Adventista:

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais reestrutura Programas Estaduais de Pesquisa



A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) concluiu, ao longo de 2025, um amplo processo de reestruturação de seus Programas Estaduais de Pesquisa, com o objetivo de fortalecer a atuação científica e tecnológica voltada ao desenvolvimento do agronegócio mineiro. As mudanças passam a vigorar a partir desta quinta-feira, 1º de janeiro, e estão alinhadas às diretrizes do Plano Diretor 2026–2031, consolidado no mês de outubro do ano passado.

De acordo com a direção da empresa, a reestruturação busca modernizar a organização interna da pesquisa, ampliar a capacidade de resposta às demandas do setor produtivo e acompanhar as transformações tecnológicas e ambientais que impactam a agropecuária em Minas Gerais. O novo desenho dos programas também visa aumentar a eficiência na geração e transferência de conhecimento para produtores rurais, agroindústrias, cooperativas e demais atores

do sistema produtivo.

“O objetivo do trabalho foi alinhar as diretrizes da pesquisa aos objetivos estratégicos do Plano Diretor e às demandas tecnológicas de produtores rurais e agroindustriais mineiros”, explica o diretor de Pesquisa e Inovação da Epamig, Trazilbo de Paula. Segundo ele, a reorganização reflete um esforço institucional para integrar ciência, inovação e sustentabilidade, com foco no aumento da competitividade do agronegócio estadual.

Novos programas e áreas estratégicas

Entre as principais adequações está a criação e estruturação do Programa Estadual de Pesquisa em Cana-de-Açúcar e Cachaça de Alambique, uma iniciativa que reconhece a relevância econômica, cultural e histórica desses segmentos em Minas Gerais. O programa abrange aspectos agrônômicos, tecnológicos, ambientais e produtivos, com foco na qualidade,

produtividade, sustentabilidade e valorização da cachaça de alambique mineira, produto que possui identidade regional e crescente reconhecimento no mercado nacional e internacional.

Outra inovação é a implementação dos programas nas áreas de Agropecuária de Precisão e Digital, voltados ao acompanhamento, à avaliação e à aplicação de tecnologias digitais no campo, como sensoriamento remoto, automação, uso de dados e inteligência artificial. A proposta é apoiar a modernização da produção agropecuária, promovendo maior eficiência no uso de insumos, redução de custos e aumento da produtividade, além de contribuir para práticas mais sustentáveis.

O setor de Aquicultura também ganhou destaque com a criação de um programa específico. Antes integrada a outras linhas de atuação, a área passa agora a contar com um programa próprio, voltado ao desenvolvimento tecnológico da produção aquícola, à melhoria de

sistemas de cultivo e ao fortalecimento da cadeia produtiva de peixes e outros organismos aquáticos no Estado.

Já o Programa Especial em Biotecnologia foi consolidado como Programa Estadual de Pesquisa, refletindo a crescente importância das biotecnologias aplicadas à agropecuária, como melhoramento genético, sanidade animal e vegetal, bioinsumos e processos biotecnológicos voltados à sustentabilidade e à inovação no campo.

Atualização de nomenclaturas e ampliação de escopos

As reformulações promovidas pela Epamig também envolveram ajustes na nomenclatura e nos objetivos de alguns programas já existentes, de forma a refletir melhor a amplitude de suas áreas de atuação. O antigo programa de Recursos Hídricos, Ambientais e Piscicultura passou a se chamar Recursos Ambientais e Silvicultura,

incorporando de maneira mais clara ações voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais e à produção florestal.

O programa de Grãos teve seu escopo ampliado e passou a se denominar Grãos, Fibras e Energia, incluindo pesquisas relacionadas a culturas energéticas e fibras vegetais, setores estratégicos para a diversificação da produção agrícola e para a transição energética.

Segundo a direção da empresa, essas mudanças buscam dar maior clareza aos objetivos dos programas e facilitar a articulação entre pesquisadores, instituições parceiras e o setor produtivo, além de potencializar o impacto das pesquisas desenvolvidas.

Pesquisa alinhada às demandas do campo

Com a reestruturação, a Epamig passa a contar com 14 Programas Estaduais de Pesquisa, organizados para atuar de forma integrada e em consonância com as demandas

atuais e futuras da agropecuária mineira. “Contamos agora com 14 Programas Estaduais de Pesquisa estruturados para atuar em consonância com as demandas do setor agropecuário em Minas Gerais”, reforça Trazilbo de Paula.

Os programas atualmente em vigor são: Agroecologia; Agropecuária de Precisão e Digital; Aquicultura; Biotecnologia; Bovinocultura; Cafeicultura; Cana-de-açúcar e Cachaça de Alambique; Flores, Hortaliças e Plantas Medicinais; Fruticultura; Grãos, Fibras e Energia; Leite e Derivados; Olivicultura; Recursos Ambientais e Silvicultura; e Vitivinicultura.

A expectativa da Epamig é que a nova estrutura fortaleça a integração entre pesquisa, inovação e extensão, ampliando o impacto das ações científicas no desenvolvimento sustentável do agronegócio mineiro e contribuindo para a geração de renda, emprego e qualidade de vida no meio rural.

Parque Estadual Mata do Limoeiro abre edital para voluntários do Projeto Ecofolia 2026

O Parque Estadual Mata do Limoeiro (PEML), administrado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), abriu oficialmente o Edital de Seleção nº 01/2026 para o Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação. A iniciativa contempla 25 vagas para a 12ª edição do Projeto Ecofolia, que será realizada entre os dias 5 e 8 de fevereiro de 2026, no município de Itabira, na região Central de Minas Gerais.

Reconhecido como uma das principais ações de engajamento socioambiental do parque, o Projeto Ecofolia chega à sua 12ª edição com o tema “Construindo futuros sustentáveis”, reafirmando o compromisso da unidade de conservação com a educação ambiental,

o uso público consciente e o fortalecimento do cuidado coletivo com a natureza. A proposta busca integrar voluntários, visitantes e a comunidade do entorno em atividades que estimulam a reflexão e a prática de atitudes sustentáveis.

As inscrições estarão abertas no período de 2 a 20 de janeiro, exclusivamente por meio de formulário on-line, conforme previsto no edital. O resultado da seleção será divulgado no dia 22 de janeiro, com a possibilidade de chamadas adicionais a partir da lista de espera.

Educação ambiental e corresponsabilidade social

De acordo com o gerente do

Parque Estadual Mata do Limoeiro, Alex Amaral, o Ecofolia consolida o papel do parque como um espaço de aprendizado, participação cidadã e corresponsabilidade socioambiental.

“O Ecofolia vai além de atividades pontuais. É um espaço de encontro, reflexão e construção coletiva, que estimula práticas conscientes, a preservação da Mata Atlântica e a busca por um futuro mais equilibrado, justo e sustentável”, destacou.

O programa tem como principal objetivo aproximar a sociedade das ações desenvolvidas na unidade de conservação, oferecendo aos voluntários experiências práticas voltadas à conservação ambiental, à educação socioambiental e à for-

mação cidadã. Ao longo dos anos, o projeto tem contribuído para a sensibilização de centenas de participantes, fortalecendo a relação entre a população e o patrimônio natural protegido.

Quem pode participar

Podem se inscrever pessoas com 18 anos ou mais, com preferência para estudantes universitários a partir do terceiro período, especialmente aqueles vinculados a cursos das áreas ambiental, educacional, turística ou social. Também terão prioridade moradores do entorno do Parque Estadual Mata do Limoeiro, como forma de incentivar o engajamento da comunidade local nas ações de

preservação.

A participação no programa está condicionada à presença obrigatória em uma oficina de capacitação, que será realizada no dia 5 de fevereiro, às 19h, nas dependências do próprio parque. A formação é fundamental para alinhar os voluntários às diretrizes do projeto e às normas de funcionamento da unidade de conservação.

Atividades previstas durante o voluntariado

Durante o período do Ecofolia 2026, os voluntários atuarão sob orientação da equipe técnica do parque em diversas frentes, desempenhando funções essenciais para o atendimento ao público e a promoção da educação ambiental. Entre as atividades previstas estão:

- Recepção, orientação e acolhimento de visitantes;
- Desenvolvimento de ações de educação ambiental;
- Apoio a palestras, oficinas temáticas e visitas escolares;
- Aplicação de entrevistas de satisfação com os visitantes;
- Apoio às ações de comunicação e divulgação do parque;
- Organização e atualização do banco de imagens da unidade de conservação.

A carga horária será de oito horas diárias, totalizando 24 horas ao final das atividades, o que permitirá aos participantes uma vivência intensa e diversificada no cotidiano

do parque.

Estrutura oferecida e certificação

Durante o período do voluntariado, o Parque Estadual Mata do Limoeiro oferecerá alojamento coletivo e alimentação básica aos participantes. Os voluntários deverão providenciar itens de uso pessoal, como roupas de cama, banho e materiais de higiene.

Ao final do projeto, será emitida declaração de participação, desde que o voluntário cumpra integralmente a carga horária prevista e as atividades estabelecidas. Conforme a legislação estadual vigente, o trabalho voluntário não gera vínculo empregatício nem remuneração.

Serviço

Mais informações sobre o Edital de Seleção nº 01/2026 e o Projeto Ecofolia podem ser obtidas diretamente com o Parque Estadual Mata do Limoeiro pelo telefone (31) 3839-2829, pelo WhatsApp (31) 97131-7575 ou por meio do perfil oficial do parque no Instagram.

Com a abertura do edital, o PEML reforça sua missão de promover a conservação da Mata Atlântica aliada à participação social, apostando na educação ambiental como ferramenta essencial para a construção de um futuro mais sustentável.



Cemig desmistifica conceitos populares sobre energia usados de forma incorreta no dia a dia

Mesmo sendo parte essencial da rotina das pessoas, a energia elétrica ainda é cercada por dúvidas, interpretações equivocadas e expressões populares que nem sempre correspondem ao que, de fato, acontece no sistema elétrico. Termos como “pique de luz”, “pico de energia”, “apagão” e até a diferença entre 110 V e 220 V são frequentemente usados de maneira incorreta, o que pode gerar confusão e preocupações desnecessárias entre os consumidores.

Com o objetivo de orientar a população e ampliar o entendimento sobre o funcionamento da rede elétrica, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) esclarece alguns dos conceitos mais comuns que costumam ser interpretados de forma equivocada no cotidiano. A iniciativa busca aproximar a informação técnica do público em geral, promovendo o mais conhecimento, segurança e uso consciente da energia.

Pique e pico de energia não são a mesma coisa

Embora, no dia a dia, “pique” e “pico” de energia sejam usados como sinônimos, tecnicamente eles representam fenômenos distintos dentro do sistema elétrico.

O pico de energia ocorre quando há um aumento muito rápido e momentâneo da tensão elétrica. Esse fenômeno pode ser provocado, por exemplo, por descargas atmosféricas (raios), manobras na rede ou pela entrada súbita de grandes cargas no sistema. Normalmente, o pico de energia dura apenas alguns milésimos de segundo, mas pode causar danos a equipamentos sensíveis se não houver proteção adequada.

Já o pique de energia é justamente o oposto: trata-se de uma queda rápida e brusca da tensão. Ele costuma ser provocado por contatos



momentâneos de galhos com a rede elétrica, ventos fortes que fazem os cabos se aproximarem, ou até curtos-circuitos instantâneos. O pique pode durar de frações de segundo até alguns segundos e faz parte do funcionamento normal dos mecanismos automáticos de proteção da rede.

Segundo a Cemig, esse tipo de ocorrência é fundamental para garantir o restabelecimento da energia de forma segura, evitando danos maiores à rede elétrica e aos consumidores.

Pique de luz não é vilão

Ao contrário do que muitos pensam, o pique de luz não é um defeito, nem indica necessariamente um problema grave no fornecimento de energia. Ele é, na verdade, uma resposta automática do sistema elétrico diante de uma falha transitória, ou seja, temporária.

Quando ocorre um contato momentâneo na rede — como o toque de um galho em dias de vento ou tempestade — os equipamentos de proteção entram em ação, interrompendo rapidamente o fornecimento

para evitar danos permanentes. Em seguida, o sistema realiza o religamento automático, que desarma e rearma a rede em sequência, eliminando o defeito e restabelecendo a energia.

Esse processo acontece em poucos segundos e, na maioria das vezes, passa quase despercebido. Em vez de causar uma interrupção prolongada, o sistema isola o problema, permite que o objeto estranho se afaste e restabelece o fornecimento com segurança, preservando a estrutura elétrica e garantindo maior continuidade do serviço.

Semáforos em “flash” não significam falta de energia

Outro equívoco comum ocorre quando motoristas se deparam com semáforos piscando em modo “flash” e associam automaticamente a situação à falta de energia elétrica. Segundo a Cemig, nem sempre isso indica interrupção no fornecimento.

Na maioria das vezes, o sinal em “flash” ocorre devido a falhas nos equipamentos eletrônicos que controlam a sinalização de trânsito. Esse modo é acionado como uma forma

de alerta aos motoristas, indicando a necessidade de atenção redobrada no cruzamento.

Oscilações na rede elétrica também podem provocar o travamento temporário do sistema eletrônico que controla os semáforos, sem que haja, de fato, desligamento da energia. Nesses casos, a responsabilidade pela verificação e correção da sincronia dos equipamentos é do órgão gestor do trânsito, que deve ser acionado pela população.

Falta de energia não é sinônimo de apagão

No vocabulário popular, qualquer interrupção no fornecimento costuma ser chamada de “apagão”. Tecnicamente, no entanto, os termos se referem a situações bastante diferentes.

A falta de energia ocorre quando há um defeito localizado, como a queda de uma árvore sobre a rede, colisão de veículos com postes, manutenção programada ou falhas pontuais em determinado trecho do sistema elétrico.

Já o apagão é um evento de grande escala, que envolve o Sistema In-

terligado Nacional (SIN) e pode afetar áreas extensas, incluindo vários municípios, regiões ou até estados inteiros. Esse tipo de ocorrência é raro e está associado a falhas sistêmicas de grande complexidade.

Assim, a maior parte das interrupções registradas no cotidiano não pode ser classificada como apagão, apesar do uso recorrente do termo.

Diferença entre 110 V e 220 V: mito e realidade

Outra dúvida frequente entre os consumidores diz respeito à diferença entre as tensões de 127 volts (popularmente chamadas de 110 V) e 220 volts, padrões adotados no Brasil.

De acordo com a Cemig, ambos os sistemas são seguros e fazem parte da distribuição normal de energia. A principal diferença entre eles não está na “força” da energia, nem no consumo. Um equipamento projetado para funcionar em 127 V e outro equivalente para 220 V terão a mesma potência e, consequentemente, consumirão a mesma quantidade de energia.

O que muda é a corrente elétrica necessária para alimentar o aparelho. Em 220 V, a corrente é menor; em 127 V, ela é maior. No entanto, isso não altera o consumo final. Um equipamento de 1.000 watts, por exemplo, consumirá 1.000 watts independentemente da tensão em que estiver operando, desde que seja compatível.

Informação como aliada do consumidor

Ao esclarecer esses conceitos, a Cemig reforça a importância da informação como ferramenta para o uso consciente e seguro da energia elétrica. Compreender como a rede funciona ajuda a reduzir preocupações desnecessárias, evita interpretações equivocadas e contribui para uma relação mais transparente entre a concessionária e os consumidores.

A empresa também orienta que, em caso de dúvidas ou ocorrências persistentes, a população procure os canais oficiais de atendimento, garantindo assim respostas precisas e ações adequadas para cada situação.

Exames médicos e psicológicos para CNH terão valor reduzido Minas Gerais a partir desta quarta-feira (31/12)

Medida reforça a padronização e a transparência no processo de formação e regularização de condutores em todo o estado



Os exames médicos e psicológicos para os processos de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) terão valores reduzidos a partir desta quarta-feira (31/12) em Minas Gerais. A alteração foi estabelecida pela Medida Provisória nº 1.327/2025, com validade em todo o país.

A Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET-MG) formalizou as alterações no estado por meio da Portaria CET nº 02002/2025, que foi publicada no Diário Oficial de Minas Gerais desta terça-feira (30/12), reforçando a padronização, a transparência e a segurança jurídica

na no processo de formação e regularização de condutores no estado.

De acordo com o texto, a avaliação psicológica e o exame de aptidão física e mental passam a custar R\$ 90 cada. O reexame psicológico foi fixado em R\$ 88,72, enquanto a emissão de segunda via de exames terá o valor de R\$ 57,69. Os exames médico e psicológico serão pagos diretamente para a clínica, no dia do atendimento. O pagamento poderá ser feito em dinheiro, Pix ou cartão de crédito ou débito, a critério da clínica credenciada.

A nova regra fixa os valores máximos dos exames de avaliação

psicológica e de aptidão física e mental aplicáveis a candidatos à Permissão para Dirigir (PPD), à renovação CNH, à mudança e adição de categoria, além registro de habilitação de outros estados e internacionais. Os novos valores também se aplicam aos exames feitos em diretor-geral e de ensino, instrutor e examinador de trânsito.

O normativo também estabelece que as clínicas credenciadas deverão manter a tabela de preços em local visível ao público, sendo vedada a cobrança de valores diferentes dos definidos na portaria. O pagamento dos serviços deverá ser feito direta-

mente pelo cidadão à clínica responsável por realizar o exame.

Novas regras

Outras etapas do novo processo para obtenção da CNH já estão disponíveis em Minas Gerais. Os candidatos já podem realizar o curso de prática de direção com a carga horária de duas horas, conforme estabelece a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) nº 1.020/2025.

Antes, a carga horária exigida do curso prático era de 20 horas/aula. Os sistemas da CET-MG também

estão adaptados para que o curso teórico de legislação de trânsito não tenha carga horária mínima exigida, podendo ser feito pelo aplicativo disponibilizado pelo Governo Federal ou em uma autoescola.

O curso teórico, feito pelo cidadão no aplicativo, passará a ser recebido no sistema estadual e poderá seguir o fluxo. O primeiro passo será realizar o registro inicial, com o preenchimento do formulário e pagamento a taxa, para depois agendar na clínica médica a coleta biométrica e os exames médico e psicotécnico.

Nesse sentido, o teste teórico também foi adaptado para que o

candidato seja aprovado com 20 pontos ou mais em 30 questões. Antes, a quantidade de acertos mínimos era de 21 pontos. Outra mudança já promovida nos sistemas do órgão de trânsito estadual foi a exclusão do prazo de 12 meses para vencimento da pauta, que agora tem validade indeterminada e a retirada da taxa para emissão da Licença de Aprendizagem de Direção Veicular (LADV), emitida diretamente no aplicativo CNH Brasil.

A implementação do novo processo para habilitação pode ser acompanhada por meio do site Trânsito MG no por meio deste link.

Cemig desmistifica conceitos populares sobre energia usados de forma incorreta no dia a dia

Mesmo sendo parte essencial da rotina das pessoas, a energia elétrica ainda é cercada por dúvidas, interpretações equivocadas e expressões populares que nem sempre correspondem ao que, de fato, acontece no sistema elétrico. Termos como “pique de luz”, “pico de energia”, “apagão” e até a diferença entre 110 V e 220 V são frequentemente utilizados de forma incorreta, o que pode gerar confusão, insegurança e preocupações desnecessárias entre os consumidores.

Atenta a esse cenário, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) tem reforçado ações de orientação ao público para esclarecer conceitos básicos relacionados ao fornecimento de energia. A iniciativa busca aproximar a informação técnica do cotidiano da população, promovendo mais conhecimento, segurança e uso consciente da eletricidade, além de contribuir para a prevenção de danos a equipamentos e acidentes domésticos.

Pique e pico de energia não são a mesma coisa

Embora no uso popular “pique” e “pico” de energia sejam tratados como sinônimos, tecnicamente eles representam fenômenos distintos dentro do sistema elétrico.

O pico de energia ocorre quando há um aumento muito rápido e momentâneo da tensão elétrica.

Esse tipo de variação pode ser provocado por descargas atmosféricas, manobras operacionais na rede, energização de grandes cargas ou até por falhas externas que afetam o sistema. Normalmente, o pico de energia dura apenas alguns milésimos de segundo, mas pode ser suficiente para danificar aparelhos eletrônicos mais sensíveis, principalmente aqueles que não possuem dispositivos de proteção adequados, como filtros de linha ou estabilizadores.

Já o pique de energia é justamente o fenômeno oposto: trata-se de uma queda brusca e rápida da tensão. Ele costuma ser provocado por contatos momentâneos de galhos com a rede elétrica, ventos fortes que fazem os cabos se movimentarem, ou por curtos-circuitos instantâneos. O pique pode durar de frações de segundo até alguns segundos e faz parte do funcionamento normal dos mecanismos automáticos de proteção do sistema.

Segundo a Cemig, essas oscilações são monitoradas constantemente e, na maioria das vezes, fazem parte do próprio processo de proteção da rede, sendo fundamentais para garantir o restabelecimento da energia de forma segura e controlada.

Pique de luz não é vilão

Ao contrário do que muitos

consumidores acreditam, o pique de luz não é um defeito, nem indica necessariamente um problema grave no fornecimento de energia. Na prática, ele é uma resposta automática da rede elétrica diante de uma falha transitória, ou seja, temporária.

Quando ocorre um contato momentâneo na rede — como o toque de um galho em dias de vento, chuva ou tempestade — os equipamentos de proteção entram em ação, interrompendo rapidamente o fornecimento para evitar danos maiores. Em seguida, entra em funcionamento o sistema de religamento automático, que desarma e rearma a rede em sequência para eliminar o defeito e restabelecer a energia com segurança.

Esse processo acontece em poucos segundos e, muitas vezes, passa quase despercebido. Em vez de causar uma interrupção prolongada, o sistema isola o problema, permite que o objeto estranho se afaste e restabelece o fornecimento quase imediatamente, preservando a estrutura elétrica e garantindo maior continuidade do serviço para os clientes.

Semáforos em “flash” não indicam, necessariamente, falta de energia

Outro equívoco bastante comum ocorre quando motoristas se

deparam com semáforos piscando em modo “flash” e associam automaticamente a situação à falta de energia elétrica. De acordo com a Cemig, nem sempre isso significa interrupção no fornecimento.

Na maioria dos casos, o sinal em “flash” ocorre devido a falhas nos equipamentos eletrônicos responsáveis pelo controle da sinalização de trânsito. Esse modo é acionado como uma forma de alerta, indicando aos motoristas a necessidade de atenção redobrada no cruzamento.

Oscilações na rede elétrica também podem provocar o travamento temporário do sistema eletrônico que controla os semáforos, sem que haja, de fato, desligamento da energia. Nessas situações, a verificação e a correção do funcionamento dos equipamentos são de responsabilidade do órgão gestor do trânsito, que deve ser acionado pela população.

Falta de energia não é sinônimo de apagão

No vocabulário popular, qualquer interrupção no fornecimento costuma ser chamada de “apagão”. Tecnicamente, no entanto, os dois termos se referem a situações bastante diferentes.

A falta de energia ocorre quando há um defeito localizado, como a queda de uma árvore sobre a rede, colisão de veículos com postes,

manutenção programada ou falhas pontuais em determinado trecho do sistema elétrico. Essas ocorrências costumam afetar áreas restritas e são resolvidas pelas equipes técnicas em prazos variáveis, conforme a complexidade do problema.

Já o apagão é um evento de grande escala, que envolve o Sistema Interligado Nacional (SIN) e pode atingir vários municípios, regiões ou até estados inteiros. Esse tipo de ocorrência é raro e está associado a falhas sistêmicas de grande complexidade, exigindo ações coordenadas em nível nacional.

Assim, a grande maioria das interrupções registradas no dia a dia não pode ser classificada como apagão, apesar do uso recorrente do termo pela população.

Diferença entre 110 V e 220 V: mito e realidade

Outra dúvida frequente entre os consumidores diz respeito à diferença entre as tensões de 127 volts (popularmente chamadas de 110 V) e 220 volts, padrões utilizados no Brasil.

Segundo a Cemig, ambos os sistemas são seguros e fazem parte da distribuição normal de energia elétrica. A principal diferença entre eles não está na “força” da energia nem no consumo. Um aparelho projetado para funcionar em 127 V e outro equivalente para 220 V

terão a mesma potência e, portanto, consumirão a mesma quantidade de energia quando ligados.

O que muda é a corrente elétrica necessária para alimentar o equipamento. Em sistemas de 220 V, a corrente é menor; em 127 V, ela é maior. Isso, no entanto, não altera o consumo final. Um aparelho de 1.000 watts, por exemplo, consumirá 1.000 watts independentemente da tensão, desde que seja utilizado corretamente e em conformidade com as especificações do fabricante.

Informação como aliada do consumidor

Ao esclarecer esses conceitos, a Cemig reforça a importância da informação como aliada do consumidor no uso consciente e seguro da energia elétrica. Compreender como a rede funciona ajuda a reduzir preocupações desnecessárias, evita interpretações equivocadas e contribui para a preservação dos equipamentos e da própria rede de distribuição.

A companhia orienta ainda que, em caso de dúvidas, oscilações frequentes ou interrupções prolongadas, a população procure os canais oficiais de atendimento da Cemig. Dessa forma, é possível garantir orientações precisas, registros adequados das ocorrências e ações rápidas para a solução dos problemas.

Posse da nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros marca início do biênio 2026–2027

O Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros (IHGMC), referência regional na preservação da memória, da cultura e da história do Norte de Minas, realizará no próximo dia 3 de janeiro de 2026 a solenidade de posse de sua nova Diretoria para o biênio 2026–2027. O evento acontecerá às 19 horas, no Centro Cultural Dr. Hermes de Paula, localizado na Praça Dr. Chaves, nº 32, no Centro de Montes Claros, e contará com a presença de associados, autoridades, representantes da sociedade civil e da imprensa.

Com 19 anos de atuação, o IHGMC tem desempenhado papel fundamental na valorização do patrimônio histórico, na pesquisa e na difusão do conhecimento sobre a formação social, cultural e geográfica de Montes Claros e de toda a região. Ao longo de sua trajetória, a entidade consolidou-se como um espaço de produção intelectual, diálogo e preservação da identidade regional, sempre sustentada pelo empenho voluntário, a dedicação e o compromisso de seus associados.

Novo presidente assume após eleição por aclamação

Na ocasião, o engenheiro Leonardo Alvarez Rodrigues será empossado como novo presidente do

Instituto, após ter sido eleito por aclamação. Ele assume a liderança da instituição com a missão de dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, fortalecendo as ações do IHGMC e ampliando sua atuação junto à comunidade, ao poder público e às instituições culturais e educacionais.

Leonardo Alvarez Rodrigues receberá o cargo do atual presidente, José Francisco Lima de Ornelas, que encerra seu mandato referente ao biênio 2024–2025. A gestão de Ornelas é reconhecida pelo dinamismo, pela dedicação institucional e pela contribuição significativa para o fortalecimento do Instituto, com ações voltadas à valorização da história local, à organização do acervo e à promoção de eventos culturais e acadêmicos.

Compromisso com a memória e a cultura regional

O IHGMC tem como uma de suas principais características a atuação contínua na defesa do patrimônio histórico e cultural de Montes Claros. A entidade promove pesquisas, debates, publicações, palestras e atividades educativas, além de manter acervo documental, bibliográfico e museológico que contribui para a pre-

servação da memória coletiva.

A posse da nova diretoria representa um momento simbólico de renovação e continuidade institucional, reafirmando o compromisso do Instituto com a preservação da história regional e com a promoção do conhecimento histórico-geográfico como instrumento de cidadania e identidade cultural.

Composição da nova Diretoria

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros para o biênio 2026–2027 será composta pelos seguintes membros:

- Presidente: Leonardo Alvarez Rodrigues
- 1º Vice-presidente: Wanderlino Arruda
- 2º Vice-presidente: Dário Teixeira Cotrim
- 1ª Diretora secretária: Ana Paula Maia Costa Durães
- 2º Diretor secretário: Hermildo Rodrigues
- 1º Diretor de finanças: José Francisco Lima de Ornelas
- 2º Diretor de finanças: Lázaro Francisco Sena
- Diretor de protocolo: Osmar Pereira Oliva

Diretora de comunicação social: Syomara Tereza Dias Rocha

Diretor de arquivo, biblioteca e museu: Francisco Dantas de Freitas

Além da Diretoria Executiva, o IHGMC conta ainda com um Conselho Consultivo e um Conselho Fiscal, instâncias responsáveis por assessorar a gestão e zelar pela transparência administrativa e pelo cumprimento dos objetivos institucionais.

Convite à comunidade

O Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros convida toda a comunidade, autoridades, pesquisadores, estudantes e representantes da imprensa a participarem da solenidade de posse. O evento reforça a importância do engajamento coletivo na preservação da história e da cultura regional, pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais consciente de sua identidade e de seu patrimônio.

A cerimônia marca, assim, o início de um novo ciclo para o IHGMC, que segue comprometido com a valorização da memória histórica de Montes Claros e do Norte de Minas, projetando o passado como base para compreender o presente e construir o futuro.





Proteja seu lar ou negócio!

VIGILLAR
ALARMES ELETRÔNICOS

Monitoramento inteligente Câmera de alta definição Alarmes wireless Inteligência artificial

Sua segurança não pode esperar! Com o sistema de segurança avançada, você protege o que mais importa com tecnologia de ponta e monitoramento 24h.

FALE CONOSCO AGORA MESMO

Consulte condições

Cemig conclui projeto para consolidar Minas como polo de hidrogênio verde



A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) deu um passo decisivo para posicionar Minas Gerais entre os principais protagonistas da transição energética no Brasil e no mundo. A empresa concluiu um amplo roadmap estratégico voltado ao desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde (H2V), com foco na produção, no consumo interno, na atração de investimentos e na criação de um ambiente favorável à inovação tecnológica no Estado.

O planejamento integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da companhia e estabelece diretrizes de médio e longo prazo para que o hidrogênio verde se torne um vetor estratégico da economia mineira. Reconhecido mundialmente como uma das soluções mais promissoras para a redução das emissões de carbono, o H2V tem potencial para transformar setores de difícil descarbonização, como a indústria pesada, a mineração, a siderurgia, o transporte de cargas e a aviação.

Ao incorporar o estudo e o desenvolvimento do hidrogênio verde

ao seu planejamento institucional, a Cemig reforça o compromisso de alinhar sua estratégia às melhores práticas internacionais de sustentabilidade, inovação e transição energética, criando as bases para um novo ciclo de crescimento econômico sustentável em Minas Gerais.

Vantagem competitiva mineira

Minas Gerais reúne condições naturais e estruturais que conferem vantagem competitiva para a produção em larga escala de hidrogênio verde. O Estado possui uma matriz elétrica majoritariamente renovável, com forte presença de usinas hidrelétricas, além de elevado potencial de geração solar e eólica. Esses fatores são essenciais para a produção do H2V, que depende de energia limpa para a eletrólise da água, processo que separa o hidrogênio do oxigênio sem emissão de gases de efeito estufa.

Nesse contexto, a Cemig se posiciona como agente articulador da transição energética, conectando o potencial renovável do território

mineiro às demandas globais por energia limpa e soluções de baixo carbono. Para o diretor de Inovação e Sustentabilidade da companhia, Denis Mollica, o projeto consolida o papel estratégico da empresa nesse novo cenário energético.

“A Cemig se coloca como articuladora desse movimento, conectando empresas, universidades e governo em torno de um objetivo comum: transformar o potencial renovável do estado em inovação, empregos qualificados e novas oportunidades de negócios. Estamos certos de que o hidrogênio verde será um vetor estratégico não apenas para a descarbonização, mas também para o fortalecimento da economia mineira”, afirma Mollica.

Parcerias e inovação tecnológica

O avanço do hidrogênio verde em Minas também passa pelo fortalecimento de parcerias estratégicas. A Cemig já conta com projetos selecionados em cooperação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e mantém

acordo de cooperação técnica com o Centro de Hidrogênio Verde da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), referência nacional em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor.

Essas iniciativas têm como objetivo desenvolver estudos técnicos, projetos-piloto, capacitação de profissionais e soluções inovadoras para a aplicação do H2V em diferentes segmentos da economia. A estratégia busca acelerar a curva de aprendizado, reduzir custos e criar um ecossistema de inovação capaz de atrair investimentos nacionais e internacionais.

“Na Cemig, entendemos a sustentabilidade como um compromisso permanente. É por meio da colaboração com universidades, empresas e governo que avançamos em soluções inovadoras que fortalecem a agenda de descarbonização e abrem caminho para uma economia cada vez mais eletrificada”, reforça Mollica.

Redução das emissões e compromissos globais

O projeto de hidrogênio verde se soma a um conjunto mais amplo de ações da Cemig voltadas à redução das emissões líquidas de carbono e à promoção de uma matriz energética cada vez mais limpa. A companhia se destaca no cenário internacional por seu histórico de compromisso com a sustentabilidade e a governança ambiental.

A Cemig é a única empresa do setor elétrico das Américas a integrar, há mais de duas décadas, o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World), um dos mais respeitados indicadores globais de desempenho ambiental, social e de governança. A empresa também figura na lista Carbon Clean 200, que reúne companhias de capital aberto que lideram iniciativas de transição para um futuro de energia limpa.

Além disso, a companhia aderiu ao Movimento Ambição Net Zero, da Organização das Nações Unidas (ONU), assumindo o compromisso de zerar suas emissões líquidas de carbono até 2040. O hidrogênio verde desponta, nesse cenário, como um dos principais instrumentos para o cumprimento dessa

meta, ao permitir a substituição de combustíveis fósseis em processos industriais e logísticos de alta intensidade energética.

Perspectivas para o futuro

Com a conclusão do roadmap e a consolidação do tema no Plano de Desenvolvimento Institucional, a Cemig dá início a uma nova etapa, voltada à implementação prática das ações previstas, à articulação com investidores e à construção de projetos estruturantes. A expectativa é que o avanço do hidrogênio verde contribua não apenas para a descarbonização da economia, mas também para a geração de empregos qualificados, o fortalecimento da indústria local e a inserção de Minas Gerais em cadeias globais de valor associadas à energia limpa.

Ao apostar no hidrogênio verde, a Cemig reafirma seu protagonismo na transição energética e reforça o papel de Minas Gerais como referência em inovação, sustentabilidade e desenvolvimento econômico alinhado aos desafios climáticos do século XXI.

Feliz

ANO NOVO

Para 2026, o mesmo compromisso: cuidar da vida com excelência e humanidade.

SANTA CASA
MONTES CLAROS

NORTE DE MINAS

Homem morre eletrocutado em piscina improvisada durante confraternização de fim de ano

Um homem de 40 anos morreu após sofrer uma forte descarga elétrica enquanto estava em uma piscina improvisada em um sítio localizado próximo ao distrito de Barreiro Branco, na zona rural do município de Catuti, no Norte de Minas Gerais. O acidente ocorreu na tarde dessa quinta-feira (1º/1), em meio a uma confraternização familiar de Ano-Novo, e causou grande comoção entre moradores da região.

A vítima foi identificada como Adinaldo Batista de Oliveira, natural de Catuti, mas residente há cerca de 15 anos em Rio Claro (SP). Ele havia retornado à terra natal para passar as festas de fim de ano ao lado de familiares e amigos. O sepultamento está marcado para a tarde desta sexta-feira (2), no distrito de Barreiro Branco.

Segundo relatos de testemunhas, Adinaldo se refrescava do calor intenso junto com outras seis pessoas em uma piscina improvisada, montada de forma artesanal no sítio. Durante o momento de lazer, uma criança teria puxado um fio elétrico que estava próximo à estrutura da piscina. O contato do fio com a água provocou uma descarga elétrica, atingindo todos os banhistas que estavam no local.

Assustadas, as pessoas tentaram sair da piscina o mais rápido possível. De acordo com uma moradora da região, Adinaldo conseguiu deixar a água e, ao perceber que o fio ainda oferecia risco aos demais, retornou para tentar puxá-lo e afastá-lo da piscina, numa tentativa de salvar os outros banhistas. Nesse momento, ele acabou

recebendo uma descarga elétrica ainda mais intensa.

Mesmo ferido, Adinaldo teria demonstrado preocupação com os demais e, antes de perder as forças, disse: “calma, gente, vai ficar tudo bem”, conforme relato emocionado de testemunhas. Logo em seguida, ele começou a convulsionar e sofreu uma parada cardiorrespiratória.



Colisão entre dois carros deixa nove feridos na MG-401, em Jaíba, no Norte de Minas

Uma colisão entre dois veículos deixou nove pessoas feridas na rodovia MG-401, no município de Jaíba, no Norte de Minas Gerais. O acidente foi registrado na noite dessa quinta-feira (1º) e mobilizou equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu)

de Janaúba, Verdelândia e Jaíba, além do Corpo de Bombeiros.

De acordo com as primeiras informações repassadas pelas equipes de resgate, a colisão aconteceu após um dos carros atingir a traseira do outro, em circunstâncias que ainda serão apuradas. O

impacto provocou ferimentos em ocupantes dos dois veículos, exigindo uma operação conjunta de socorro na rodovia.

Atendimento às vítimas

Segundo o Samu, seis vítimas

foram atendidas diretamente pelas equipes da instituição. Entre os feridos, os casos considerados mais graves foram:

Um homem, de 55 anos, com suspeita de fratura na região do tórax;

Um homem, de 31 anos, com

suspeita de traumatismo craneoencefálico (TCE).

Ambos receberam os primeiros atendimentos ainda no local do acidente e, devido à gravidade dos ferimentos, foram encaminhados ao Hospital Regional de Janaúba, onde permaneceram sob observação médica.

Outras quatro vítimas sofreram ferimentos leves. Entre elas estão três crianças, com idades de três, seis e 10 anos, além de um homem, de 30 anos. Esse grupo foi levado para o hospital de Jaíba, onde passou por avaliação médica e realizou exames de rotina.

As três vítimas restantes receberam atendimento do Corpo de Bombeiros, que também atuou no apoio à ocorrência, auxiliando no resgate, na sinalização da via e na segurança do local até a retirada dos veículos.

Trânsito e segurança na rodovia

Durante o atendimento às vítimas, o tráfego na MG-401 ficou parcialmente comprometido,

exigindo atenção redobrada dos motoristas que passavam pelo trecho. A Polícia Militar Rodoviária foi acionada para controlar o fluxo de veículos e registrar a ocorrência.

As causas exatas do acidente ainda não foram oficialmente divulgadas, mas a suspeita inicial é de colisão traseira, situação geralmente associada à falta de distância segura entre os veículos, desatenção ou velocidade incompatível com as condições da via.

Alerta para motoristas

A MG-401 é uma rodovia de grande fluxo na região do Norte de Minas, especialmente em períodos de feriados e finais de semana prolongados. Autoridades reforçam a importância de dirigir com atenção, respeitar os limites de velocidade, manter distância segura e dobrar os cuidados ao trafegar à noite.

O estado de saúde atualizado das vítimas não havia sido divulgado até o fechamento desta matéria. O caso segue sob acompanhamento das autoridades competentes.

Polícia Militar prende 11 suspeitos e apreende armas, drogas e R\$ 41 mil em operação na zona rural de Moc

Uma operação da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) resultou na prisão de 11 pessoas e na apreensão de armas de fogo, drogas, dinheiro, joias e um veículo em uma chácara localizada na zona rural de Montes Claros, no Norte de Minas. A ação foi realizada na tarde desta quinta-feira (1º) e teve como alvo um grupo suspeito de envolvimento recorrente em práticas criminosas na região.

Segundo informações da PM, as equipes receberam denúncias apontando que indivíduos contumazes na prática de crimes estariam reunidos no imóvel para comemorar a passagem do ano. As informações indicavam ainda que

o encontro ocorria em um ambiente marcado pelo consumo de drogas e pela presença de armamento, o que elevou o grau de risco da ocorrência.

Operação planejada e cerco ao imóvel

Diante da gravidade das informações recebidas, militares do Tático Móvel da 243ª Companhia, com apoio de outras guarnições, montaram uma operação estratégica para averiguar a denúncia. As equipes se deslocaram até a chácara e realizaram um cerco tático ao imóvel, com o objetivo de impedir qualquer tentativa de fuga e garan-

tir a segurança dos policiais e de terceiros.

Após o cerco, todos os ocupantes do local foram abordados e submetidos a buscas pessoais, além de vistorias minuciosas no interior da chácara e nos veículos que estavam estacionados nas proximidades.

Armas e munições apreendidas

Durante as buscas, os policiais localizaram duas armas de fogo:

Uma pistola calibre 9 milímetros, equipada com carregador tipo caracol, de alta capacidade; Uma pistola calibre .380.

Além das armas, foram apreendidas munições de diversos calibres, o que reforçou a suspeita de que o grupo pudesse estar envolvido em atividades criminosas mais complexas e potencialmente violentas.

Drogas, dinheiro e bens recolhidos

No local, os militares também encontraram diversas substâncias ilícitas, entre elas:

52 comprimidos de LSD; Haxixe; Cocaína; Maconha; Merla.

Além dos entorpecentes, a PM apreendeu cerca de R\$ 41 mil em

dinheiro, valor cuja origem ainda será investigada, além de joias, incluindo um cordão de ouro com pingente e um anel de ouro. Um automóvel que estava na chácara também foi recolhido durante a operação.

Encaminhamento e investigação

Os 11 suspeitos presos foram encaminhados, juntamente com todo o material apreendido, para a delegacia de Polícia Civil, onde permaneceram à disposição da Justiça. A ocorrência foi registrada e os suspeitos deverão responder, inicialmente, por crimes como por-

te ilegal de arma de fogo, tráfico de drogas e associação criminosa, entre outros que poderão ser identificados ao longo das investigações.

A Polícia Civil ficará responsável por aprofundar as apurações, inclusive para verificar a possível ligação do grupo com outros crimes registrados recentemente em Montes Claros e em municípios vizinhos do Norte de Minas.

A Polícia Militar reforçou que ações como essa fazem parte do trabalho contínuo de combate ao tráfico de drogas e à criminalidade, especialmente em períodos de feriados prolongados, quando há maior incidência de denúncias e movimentações suspeitas.

Ibama e Incra: inscrições para concurso com salários de até R\$ 9,8 mil encerram em 8 de janeiro

As inscrições para o processo seletivo público temporário do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) entram na reta final e se encerram no próximo dia 8 de janeiro. O certame oferece 60 vagas de nível superior, além de formação de cadastro de reserva, com salários iniciais que podem chegar a R\$ 9.861,23, a depender do cargo.	Áreas de formação contempladas	reserva, para o cargo de Analista Técnico de Complexidade Intelectual Remuneração: R\$ 7.283,05 Jornada de trabalho: 40 horas semanais
A seleção representa uma oportunidade atrativa para profissionais que desejam atuar em órgãos federais estratégicos, ligados à proteção ambiental, ordenamento territorial, reforma agrária e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. As inscrições devem ser realizadas exclusivamente pela internet, por meio do site do Instituto ACCESS, banca organizadora do processo seletivo.	As vagas são destinadas a profissionais com formação superior completa em diferentes áreas do conhecimento, refletindo o caráter multidisciplinar das atividades desenvolvidas pelos dois órgãos. Entre as especialidades contempladas estão: Biologia Ciências Sociais Direito Geografia Geologia Oceanografia Pedagogia	Incra 20 vagas, além de cadastro de reserva, distribuídas entre os cargos de: Analista Técnico de Complexidade Intelectual Analista Técnico de Complexidade Gerencial Remuneração: Analista Técnico de Complexidade Intelectual: R\$ 7.283,05 Analista Técnico de Complexidade Gerencial (área de Antropologia): R\$ 9.861,23 Os salários tornam o certame especialmente atrativo, sobretudo para profissionais que buscam estabilidade relativa, experiência no serviço público federal e atuação em projetos de relevância nacional.
Contratação temporária e validade do processo	Antropologia, entre outras áreas correlatas previstas em edital	Provas em fevereiro
De acordo com o edital, o processo seletivo terá validade de dois anos, contados a partir da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Ibama e do Incra. As contratações ocorrerão em caráter temporário, conforme a necessidade dos órgãos, respeitando a ordem de classificação dos candidatos aprovados.	A diversidade de formações amplia as chances para candidatos de diferentes perfis acadêmicos interessados em atuar na administração pública federal.	As provas objetiva e discursiva estão previstas para o dia 8 de fevereiro de 2026, no horário das 14h às 19h, e serão aplicadas nas cidades de Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ), conforme a opção in-
	Ibama 40 vagas, além de cadastro de	

Principais datas do processo seletivo	Onde obter mais informações
Os candidatos devem ficar atentos ao cronograma oficial divulgado pela banca organizadora. Veja as principais datas: Período de inscrições: de 15/12/2025 a 8/1/2026 Pedido de isenção da taxa de inscrição: 15 e 16/12/2025 Divulgação dos locais de prova: 2/2/2026 Aplicação das provas objetiva e discursiva: 8/2/2026 Resultado final previsto: 7/4/2026	Todas as regras, requisitos, conteúdos programáticos, critérios de avaliação e orientações sobre o processo seletivo estão disponíveis no edital completo, que pode ser consultado no site do Instituto ACCESS. Com o prazo de inscrição se aproximando do fim, a recomendação é que os interessados não deixem para a última hora, garantindo a participação em um dos concursos mais relevantes do início de 2026 para a área ambiental e de gestão territorial no país.



Isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil começa a valer e beneficia cerca de 15 milhões de brasileiros

Entrou em vigor nesta quinta-feira (1º) a nova faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil por mês. A medida, sancionada em novembro do ano passado, representa uma das principais mudanças na política tributária recente e deve beneficiar aproximadamente 15 milhões de brasileiros, de acordo com estimativas do Ministério da Fazenda.

A ampliação da isenção atende a uma demanda histórica de correção da tabela do Imposto de Renda, que vinha sendo defasada ao longo dos anos, impactando principalmente trabalhadores de baixa e média renda. Com a mudança, além da isenção total para salários de até R\$ 5 mil, o governo também instituiu uma isenção parcial para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350 mensais, reduzindo gradualmente o valor do im-

posto devido.

Alívio no bolso do trabalhador

Na prática, a nova regra garante maior renda líquida mensal para milhões de trabalhadores, já que o desconto do IR na folha de pagamento será reduzido ou eliminado, conforme a faixa salarial. Antes da mudança, a isenção do Imposto de Renda

estava limitada a rendimentos de até dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 3.036, valor considerado insuficiente diante do custo de vida atual. Com a atualização, o governo busca ampliar o poder de compra das famílias, estimular o consumo e reduzir desigualdades, especialmente entre trabalhadores formais que sentiam o impacto direto da tributação mensal.

Isenção parcial e manutenção da tabela progressiva

Para quem recebe entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350, passa a valer um desconto progressivo no valor do imposto. Nessa faixa, o contribuinte não fica totalmente isento, mas paga menos IR do que pagaria pelas regras anteriores. Já para salários acima de R\$ 7.350, não houve alterações. Nesses casos, permanece válida a tabela progressiva atual, com alíquotas que chegam a 27,5%, conforme o valor da renda mensal.

Compensação fiscal e tributação da alta renda

Para equilibrar a perda de arrecadação causada pela ampliação da isenção, o governo federal promoveu mudanças na tributação de contribuintes de alta renda. Segundo o Ministério da Fazenda, cerca de 141 mil brasileiros passarão a pagar mais Imposto de Renda com a criação do Imposto de Renda da Pessoa Física

Mínimo (IRPFM).

O novo tributo incide sobre a renda global do contribuinte, considerando não apenas salários, mas também lucros, dividendos e rendimentos de aplicações financeiras tributáveis.

De acordo com as regras:

Quem tem renda anual acima de R\$ 600 mil (o equivalente a R\$ 50 mil por mês) passa a se enquadrar no IR mínimo
A alíquota será progressiva, podendo chegar a até 10%;
Contribuintes com rendimentos superiores a R\$ 1,2 milhão por ano terão uma alíquota mínima efetiva de 10%, independentemente da composição da renda.
A medida busca reduzir distorções do sistema tributário, nas quais contribuintes com rendas elevadas, especialmente oriundas de dividendos, acabavam pagando proporcionalmente menos impostos do que trabalhadores assalariados.

Declaração do Imposto de Renda

Apesar da entrada em vigor das novas regras em 2026, não haverá mudanças na Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física entregue neste ano. Isso ocorre porque o documento se refere ao ano-base 2025, período em que a nova legislação ainda não estava em vigor. Segundo o Ministério da Fazenda,

da, a aplicação completa do novo modelo ocorrerá apenas em 2027, quando os contribuintes irão declarar os rendimentos relativos ao ano-base 2026, já sob as novas regras de isenção e tributação mínima.

O que mudou na prática

Ampliação da isenção
Agora: renda mensal de até R\$ 5 mil — isenção total do IR
Antes: isenção limitada a até R\$ 3.036 (dois salários mínimos)

Desconto gradual

De R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350: isenção parcial, com redução progressiva do imposto
Acima de R\$ 7.350: segue a tabela atual, com alíquota máxima de 27,5%
Imposto mínimo para alta renda
Renda anual acima de R\$ 600 mil passa a ter tributação mínima

Alíquota progressiva, de até 10%

Rendimentos acima de R\$ 1,2 milhão por ano: alíquota mínima efetiva de 10%
Com a mudança, o governo aposta em um sistema tributário mais equilibrado, no qual a maioria da população paga menos imposto, enquanto uma parcela menor, de renda mais elevada, contribui mais para o financiamento das políticas públicas.



PROGRAMA DE INCLUSÃO PROFISSIONAL PARA PCD

AUX. DE COZINHA E AUX. ADMINISTRATIVO

40H30 SEMANAIS • PRESENCIAL • MONTES CLAROS

REQUISITOS

Habilidades essenciais para o cargo são comunicação, organização, inteligência emocional, e conhecimento básico de informática.

MAIS INFORMAÇÕES:

<https://www.carreiras.adventistas.org/>

AUX. COZINHA

AUX. ADM

DIFERENCIAIS

Conhecimento da estrutura e dinâmica da organização Adventista.

integrarh

7you

RESUMO DE *Novelas*



a roupa que ele usou no dia de sua morte. Josefa sente a presença de Rogério, que entra na mansão pela porta da frente.

Viviane fica apreensiva ao ser surpreendida com a chegada de Edilberto, Vicente e Luciano à farmácia. Arminda diz a Ferette que sente que Rogério está vivo. Joélly se sente amparada por Jorginho. Viviane entrega a chave da farmácia a Vicente. Claudia dá a Rogério



que se declara para o namorado. Alan e Marlon nomeiam Lucas como mestre do galpão de lutas. Diana denuncia Ellen para Lopez, que alerta Marlon. Leo e Samuel levam Sofia para a mansão.

Bárbara acusa Marlon de ter armado contra ela. Jaques pede a Tânia para deixar o país, mas ela o humilha. Dara anuncia a Marlon que Jussara conseguirá colocar o marcapasso. Samuel e Leo temem não ver mais Sofia. Sofia questiona Ellen sobre sua promessa de deixá-la em casa. Davi consegue um advogado para Bárbara,



esperar por ela. Olímpia se insinua para Adamo/Margarida. Carmem se preocupa com as previsões que faz para Zulma. Sabiá diz a Zenaide que enfrentará Zulma para se casar com a amada. Picolé recebe uma carta de Maria Pureza. Túlio revela a Estela que o caso de Miriam é grave.

Estela despista Miriam, e afirma não ser filha da paciente. Quinzinho garante a Cunegundes que não quer mudar sua vida. Maria Divina seduz Zé dos Porcos. Celso flagra Estela com Túlio, e a enfermeira confessa que está apaixonada. Celso garante a Estela que irá



Os Melhores ESPETINHOS e porções você encontra no **VILLA** espetaria

38 99881-9096 
RUA GENÉSIO TOLENTINO Nº15 - CIDADE NOVA





TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA: NOSSA ESPECIALIDADE

PORTEIROS • VIGIAS • SERVENTES DE LIMPEZA
ZELADOR • SEGURANÇA DESARMADA EM EVENTOS

SUA TRANQUILIDADE, NOSSA RESPONSABILIDADE

Atlético marca entrevista coletiva de Paulo Bracks; veja data e horário

Chefe de futebol do Galo falará com a imprensa sobre as movimentações de mercado do clube para a próxima temporada



O Atlético já tem data, local e horário definidos para a primeira entrevista coletiva de um de seus principais dirigentes em 2026. O clube anunciou, nesta sexta-feira (2/1), que o chefe de futebol Paulo Bracks falará com a imprensa na próxima terça-feira, dia 6 de janeiro, a partir das 15h, na Arena MRV. A coletiva será transmitida ao vivo pela GaloTV,

canal oficial do clube. A entrevista marca o primeiro contato público de Bracks com os jornalistas neste início de temporada e acontece em um momento estratégico para o planejamento alvinegro. Com a abertura da janela de transferências, a expectativa é que o executivo detalhe as movimentações do Atlético no mercado, explique a es-

tratégia adotada pela diretoria para 2026 e esclareça rumores envolvendo chegadas e saídas de jogadores. Até o momento, o Galo confirmou apenas uma contratação: o lateral-esquerdo Renan Lodi, reforço que chega para suprir carências no setor e aumentar as opções do elenco para a sequência da temporada. Em contrapartida, o clube passou

por mudanças significativas no grupo de atletas. Deixaram o Atlético os laterais Saravia, Guilherme Arana e Caio Paulista, além do zagueiro Vitor Hugo — que ainda tem situação indefinida e pode retornar — e do volante Fausto Vera. As saídas abriram espaço no elenco e aumentaram a cobrança da torcida por reposições à altura.

Nesse cenário, a coletiva de Paulo Bracks ganha peso especial. Internamente, a diretoria trabalha com cautela no mercado, buscando reforços pontuais e alinhados ao orçamento do clube, mas sem abrir mão da competitividade. A tendência é que Bracks aborde temas como o perfil dos atletas procurados, possíveis negociações em andamento, priorida-

des por posição e a política financeira adotada pelo Atlético neste início de ano. Além do mercado, outro assunto que deve entrar na pauta é o calendário apertado do Galo em janeiro. A equipe estreia oficialmente na temporada no dia 9 de janeiro (domingo), às 16h, quando enfrenta o Betim, na Arena MRV, pela competição estadual. O duelo marca o reencontro do time com a torcida em 2026 e será um primeiro teste para o elenco reformulado. Já pelo Campeonato Brasileiro, o Atlético tem estreia prevista para o dia 28 de janeiro (quarta-feira), contra o Palmeiras, também em Belo Horizonte, ainda sem horário definido pela CBF. O confronto, logo de início, é considerado um dos mais difíceis do campeonato e reforça a importância de o clube chegar bem estruturado à largada da temporada nacional. Paulo Bracks, que ocupa o cargo de CSO (Chief Sports Officer), é peça-chave na condução do futebol alvinegro e costuma adotar um discurso de planejamento a médio e longo prazo. A entrevista coletiva, portanto, é vista como uma oportunidade para alinhar expectativas com a torcida, esclarecer decisões recentes e dar transparência aos próximos passos do Atlético em 2026. Com a Arena MRV como palco e o mercado em plena ebulição, a fala do dirigente promete repercussão entre torcedores, conselheiros e analistas do futebol nacional.

Veja datas e horários dos jogos do Cruzeiro em janeiro de 2026

Com Tite como grande novidade, o Cruzeiro terá seis jogos em janeiro de 2026; veja datas e horários dessas partidas do Mineiro e Brasileiro

O Cruzeiro já conhece o roteiro completo de seu primeiro mês na temporada 2026. Com a chegada de Tite como grande novidade no comando técnico, o clube celeste terá uma agenda intensa em janeiro, marcada por jogos decisivos do Campeonato Mineiro e pela estreia no Campeonato Brasileiro. Ao todo, serão seis partidas em menos de 20 dias, exigindo atenção redobrada ao planejamento físico, tático e emocional do elenco. A “era Tite” começou oficialmente nesta sexta-feira (2/1), na Toca da Raposa II, com a reapresentação do elenco após o período de férias. O treinador comandou as primeiras atividades do ano e iniciou a implementação de sua metodologia, já pensando em uma temporada que promete ser

mais exigente desde os primeiros compromissos. Diferentemente de anos anteriores, o Cruzeiro terá pouco tempo para ajustes, uma vez que o calendário impõe uma sequência de jogos com intervalos curtos logo no início do ano. Eliminado pelo Corinthians na Copa do Brasil há 19 dias, o time celeste volta a campo pressionado por uma resposta rápida em 2026. O Campeonato Mineiro surge como o primeiro teste para a nova comissão técnica, que terá pela frente cinco partidas na fase inicial do Estadual, incluindo o clássico contra o Atlético, um dos jogos mais aguardados do calendário local. A estreia no Mineiro será no dia 10 de janeiro (sábado), às 16h30, quando o Cruzeiro rece-

be o Pouso Alegre. Na sequência, a equipe enfrentará o Tombense fora de casa, no dia 14 (quarta-feira), às 19h, antes de voltar ao Mineirão para medir forças com o Uberlândia, no dia 17 (sábado), às 16h30. O quarto compromisso será contra o Democrata-GV, em 22 de janeiro (quinta-feira), às 20h, novamente como mandante. O ponto alto do mês acontece no dia 25 de janeiro (domingo), às 16h, quando o Cruzeiro encara o Atlético na Arena MRV, pela quinta rodada do Campeonato Mineiro. O clássico será o primeiro grande desafio de Tite à frente da equipe e promete clima de decisão, mesmo ainda na fase inicial da competição estadual. O confronto também servirá como termômetro para avaliar o estágio de evolução do time diante de um

rival direto. Poucos dias depois do clássico, o Cruzeiro já terá um compromisso ainda mais desafiador: a estreia no Campeonato Brasileiro. No dia 28 de janeiro (quarta-feira), a equipe enfrenta o Botafogo, no Estádio Nilton Santos, no Rio de Janeiro. O duelo marca o retorno do clube à Série A e coloca o time celeste frente a frente com um adversário forte logo na primeira rodada, fora de casa. A sequência de jogos em janeiro exigirá rodízio de atletas e gestão cuidadosa do elenco, especialmente neste início de trabalho da nova comissão técnica. A expectativa é que Tite utilize o Campeonato Mineiro não apenas para buscar resultados, mas também para testar formações, dar minutos a diferentes jogadores

e consolidar um padrão de jogo para o restante da temporada. Confira abaixo a agenda completa dos jogos do Cruzeiro em janeiro de 2026:

Cruzeiro x Pouso Alegre	1ª rodada do Campeonato Mineiro
10/1 (sábado), às 16h30	
Tombense x Cruzeiro	2ª rodada do Campeonato Mineiro
14/1 (quarta-feira), às 19h	
Cruzeiro x Uberlândia	3ª rodada do Campeonato Mineiro
17/1 (sábado), às 16h30	
Cruzeiro x Democrata-GV	

4ª rodada do Campeonato Mineiro
22/1 (quinta-feira), às 20h
Atlético x Cruzeiro
5ª rodada do Campeonato Mineiro
25/1 (domingo), às 16h
Botafogo x Cruzeiro
1ª rodada do Campeonato Brasileiro
28/1 (quarta-feira)
Com um mês inicial de fortes emoções, o Cruzeiro inicia 2026 cercado de expectativas. A torcida aguarda não apenas bons resultados, mas também sinais claros de identidade, organização e competitividade sob o comando de Tite, que já começa sua trajetória celeste em meio a desafios de peso.

Lenda do tênis aceita convite de grand slam aos 45 anos e bate recorde

Com sete títulos de grands slam, a lenda do tênis mundial voltará ao principal torneio do ano aos 45 anos e baterá recorde

Uma das maiores lendas da história do tênis mundial está pronta para escrever mais um capítulo marcante em sua trajetória. Aos 45 anos, Venus Williams aceitou o convite para disputar o Australian Open de 2026 e, com isso, baterá um recorde histórico: ela se tornará a mulher mais velha a competir na chave principal do torneio, um dos quatro Grand Slams do circuito profissional. Sete vezes campeã de Grand Slam em simples, a norte-americana retorna ao principal torneio do verão australiano após um longo período longe das grandes competições. Venus não disputava a chave principal de um Grand Slam desde

2021 e vinha atuando de forma bastante esporádica nos últimos anos, principalmente em razão de lesões e do controle de sua carga física. Ainda assim, sua decisão de voltar ao Australian Open reforça a longevidade impressionante de uma carreira que atravessou gerações e transformou o tênis feminino. O torneio será disputado entre os dias 18 de janeiro e 1º de fevereiro, em Melbourne, e marcará mais um momento simbólico da história recente do esporte. Antes de estreiar no Grand Slam, Venus terá uma preparação intensa no circuito oceânico. A veterana confirmou participação no Auckland Classic e no Hobart International, torneios que

servirão como aquecimento e também como oportunidade de ganhar ritmo de jogo diante de adversárias mais jovens. Em comunicado, Venus Williams demonstrou entusiasmo com o retorno à Austrália. “Estou animada para retornar à Austrália e competir durante o verão australiano. Tenho memórias incríveis aqui e sou grata pela oportunidade”, afirmou a ex-número 1 do mundo, que mantém uma relação especial com o torneio, apesar de nunca ter levantado o troféu em Melbourne. O retorno ao Australian Open acontece pouco mais de um ano após Venus voltar ao circuito no

US Open, depois de 16 meses afastada das competições. Desde então, ela tem alternado participações pontuais, sempre cercada de grande atenção do público e da mídia, não apenas pelo desempenho em quadra, mas pelo simbolismo de sua presença em alto nível aos 45 anos. Dona de uma carreira recheada de títulos e feitos históricos, Venus Williams conquistou cinco títulos de Wimbledon (2000, 2001, 2005, 2007 e 2008) e dois do US Open (2000 e 2001), além de inúmeras conquistas em duplas, especialmente ao lado da irmã Serena Williams. Nos eventos de Grand Slam, ela também foi vice-cam-

peã do Australian Open em duas oportunidades, em 2003 e 2017, sendo esta última final um dos maiores exemplos de longevidade já vistos no circuito feminino. Mais do que números, Venus é reconhecida por ter revolucionado o tênis feminino. Seu estilo de jogo agressivo, potência física e postura dentro e fora das quadras abriram caminho para uma nova geração de atletas. Fora do esporte, ela também se tornou uma referência na luta por igualdade salarial no tênis, sendo uma das vozes mais influentes na busca por premiações iguais entre homens e mulheres nos grandes torneios. A participação no Australian

Open de 2026 não traz, necessariamente, a expectativa de título, mas carrega um valor histórico inegável. Em uma era marcada pela renovação constante e pela precocidade de atletas cada vez mais jovens, Venus Williams desafia o tempo e reafirma que o alto rendimento pode conviver com a experiência, a disciplina e a paixão pelo esporte. Ao pisar novamente nas quadras de Melbourne, Venus não apenas baterá um recorde de idade, mas também reforçará seu legado como uma das figuras mais importantes da história do tênis mundial — uma lenda que, mesmo após décadas de carreira, segue inspirando fãs, atletas e o próprio esporte.

PRIMEIRA COLUNA DE 2026



Nesta minha primeira coluna deste início de 2026, volto a pedir ao bom Deus saúde para continuar minha trajetória, pois ainda tenho muitos projetos. O ano que passou foi marcado por um Brasil comandado por corruptos, por uma ditadura da toga, imperfeições e maldades, além de um país afundando com a terrível inflação, provocada pelos ladrões do dinheiro público. Mas vamos continuar tendo esperança, com muita fé e alegria no coração. Curti, mais uma vez, a virada do ano no Réveillon mais elegante do sul da Bahia, o do Kuara. Festejei o término de 2025 com muita alegria, como vocês podem ver nesta foto.



Estou com os queridos amigos, Leo e Maitê Colares, Dulce -Pávilo e Inês Sá Miranda.

FRENTE A FRENTE

O RÉVEILLON - Aqui em Arraial e em toda a região do Sul da Bahia, o Réveillon mais elegante é o do Kuara Hotel. Como sempre, um desfile de mulheres belíssimas e elegantes circulou pelo imenso espaço, todo iluminado e decorado. No farto buffet, havia inúmeras variedades, desde lagostas, peixes e carnes nobres, tudo servido com muita fartura, além de champanhe e uísque jorrandos a noite inteira. Três shows nacionais movimentaram a pista até o amanhecer. Mais uma vez, este baile da virada superou todas as expectativas.

RECADO - O recado para 2026 é: invista tempo e energia na construção de bons hábitos. Você não precisa gastar dinheiro com procedimentos ou produtos que prometem fazer milagres. Praticar exercícios físicos, dormir bem, ter uma alimentação diversificada, reduzir estresse e consultar médicos com regularidade é a chave para ter saúde.

Creatina é indispensável. Para quem pratica exercícios de alta intensidade e curta duração, ela pode trazer um benefício da energia “extra” para os músculos. O aumento de desempenho é modesto: em torno de 3% a 5%, o que, para pesquisadores, acaba sendo supérfluo para a maioria das pessoas.

MEGA SENA - O sortudo da Mega da Virada ganhará mais que um prêmio: ganhará um problema bom para resolver. R\$ 1 bilhão na conta exige escolha, não chute. Na poupança, o dinheiro renderia algo perto de R\$ 6,0 milhões por mês — confortável, mas modesto para quem acabou de entrar na história. Há opções mais espertas. Cálculos de Tiago Cesar Desordi de Medeiros, do Sistema Ailos, mostram que LCIs e LCAs podem pagar até R\$ 8,5 milhões mensais, livres de imposto. São hoje as campeãs do rendimento líquido.

VIROU INDÚSTRIA - Enquanto os fogos estouram em Copacabana e as câmeras disputam o céu, o verdadeiro espetáculo roda no chão, em silêncio cirúrgico. Há quase duas décadas, uma mulher comanda essa engrenagem colossal: Sheila Roza. À frente da SRCOM desde 2007, ela transformou o Réveillon do Rio em algo além de festa — virou indústria.

SUPERLOTADO MAS TRANQUILO - Arraial d'Ajuda continua superlotado, mas tranquilo, com restaurantes excelentes por todos os lados, alguns mais caros e elegantes, outros até mesmo mais em conta do que muitos aí de MOC. No entanto, vários setores, principalmente nas praias, tiveram os preços multiplicados. Já em Trancoso e Caraíva, a reclamação é geral em relação aos preços cobrados. A maioria das celebridades que estão ou estiveram em Trancoso fica mesmo em grupos, nas maravilhosas mansões, e chega em jatos que superlotaram a pista do Boa Vista.

COMO estou em uma mini férias em meu cantinho, vocês já estão bastante informados... Na terça-feira tem mais....



Fotografei ao amanhecer deste novo ano os amigos, Leo e Maitê Colares em frente ao Kuara.



No amanhecer muitos dos 800 convidados foram para a praia jogando flores no mar.



Meu grande amigo belorizontino e irmão do coração, Ronaldo Augusto Ferreira com as belas filhas, Isadora, Bárbara e a promotora, Mariângela Lima.



Fotografei, Alexandre Poni (sócio-diretor do Verdemar e do Kuara) e Pávilo Miranda, no Réveillon do Kuara.



Na entrada do Kuara com a amiga, Rosângela Pimenta, que é de capelinha e forte empresária em Porto Seguro.



Dulce Miranda, Valentina Monteiro , Luciana Monteiro, Paulo Monteiro (sócio do Kûara) e Pávilo Miranda.



Este jornalista com a mesma camisa que uso há seis anos pois ela me dá sorte na virada durante seis anos. . Estou na foto com Inês e Dulce Sá Miranda.



O proprietário do Kuara, Wallace, foi como sempre muito simpático em nos receber e está aí com Ronaldo Augusto.